



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de sanção da Lei da Mata Atlântica**

**Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2006**

Minha querida companheira Marina Silva, ministra de Estado do Meio Ambiente,

Meu querido companheiro Silas Rondeau, ministro de Estado das Minas e Energia,

Meu caro deputado Sarney Filho,

Meu caro ex-deputado Fábio Feldman, autor do projeto de lei da Mata Atlântica,

Miriam Prochnow, coordenadora-geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica,

Meu caro Roberto Klabin, presidente da Fundação Mata Atlântica,

Meus amigos e minhas amigas,

Para expandir a fronteira do futuro, para que o novo não seja a reiteração obtusa do antigo, é necessário renovar a compreensão sobre nós mesmos. Para tanto, é indispensável ouvir a voz da história.

Nada poderia ser mais simbólico desse aprendizado humano do que encerrar o ano de 2006 sancionando uma lei que paga uma dívida com as nossas origens. Ao mesmo tempo, reafirma a disposição de aperfeiçoar a trajetória do nosso bom futuro.

Quinhentos e seis anos depois do Descobrimento, o Brasil finalmente regulamenta o uso e a preservação de um dos biomas mais ricos da face da Terra.

A Mata Atlântica é o abrigo único de 73 espécies de mamíferos e o grande viveiro natural da maior diversidade de árvores do Planeta.



Originalmente, recobria mais de 1 milhão e 100 mil quilômetros quadrados do nosso território. Revestia de verde cerca de 15% do mapa do Brasil.

Restam, agora, pouco mais de 20% do maior sistema de biodiversidade de nosso País, sendo apenas 7% em condições de boa conservação.

À riqueza original, portanto, incorporou-se um valioso alarme histórico. Trata-se do mais eloquente e pedagógico alerta sobre um caminho que não devemos, não podemos e, sobretudo, não precisamos mais repetir.

Foram 14 anos de tramitação na Câmara dos Deputados e mais dois anos, na verdade foram 12 na Câmara e dois no Senado, para que o Brasil chegasse a um consenso sobre o manejo desse patrimônio. Antes disso, a cada ano o País perdia 100 mil hectares de tesouros vegetais e biológicos ainda não suficientemente conhecidos.

Por sobre o verde original erguem-se, agora, 3.409 municípios em 17 estados da nossa Federação. Neles se produz 70% de toda a riqueza nacional.

Cinco séculos de história nos deram consciência tecnológica e conhecimento, mas principalmente maturidade para recusarmos o caminho de uma encruzilhada desnecessária e ardilosa.

A verdade é que, sem produzir riqueza, nenhum povo tem futuro, mas, sem preservar a natureza, não há futuro para nenhum povo.

Anseios de crescimento, de cidadania e de bem-estar social, tanto quanto o meio ambiente, devem ser mantidos a salvo da lógica predatória que produz a exclusão econômica, a extinção da esperança e a erosão do futuro.

A essência da civilização humana é intrinsecamente feita de natureza e cultura. Não é possível dissociar o destino da natureza do destino da sociedade, bem como do seu desenvolvimento.

Chico Mendes não era contra o progresso que leva saúde, educação, oportunidades, emprego e renda às populações mais pobres e isoladas do nosso território. Tampouco a irmã Dorothy Stang pregava o isolamento idílico das comunidades humildes da Terra do Meio.



Ambos se opunham, na verdade, à lógica excludente que faz do progresso uma pista de mão única, na qual o povo é mantido como viajante cativo da segunda classe e a natureza se transforma em carga predatória ilegal do vagão clandestino.

Meus amigos e minhas amigas,

A exemplo da lei que protege a Mata Atlântica, outros avanços conquistados em nosso governo, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas e duas fortes reduções nos índices de desmatamento da Amazônia, nos dão a certeza de que é possível seguir em frente, sem repetir o que ficou para trás.

Provamos, nesses quatro anos, que é possível reconciliar os sistemas produtivos com as aspirações humanistas, igualitárias e ecológicas do nosso povo e do nosso tempo.

É o que a nossa querida ministra Marina tem feito com equilíbrio e firmeza. Deve-se à sua tenacidade mestiça, à generosa angulação de seu olhar amplo e penetrante, e à singular trajetória de sua vida, uma mudança importante no vocabulário ecológico do Estado brasileiro.

A ministra Marina substituiu a expressão “não fazer” pela afirmação de “como fazer”. Mais que isso, assinalou a emergência de um novo tempo no movimento ambiental brasileiro, que vem se tornando cada vez mais forte e respeitado.

Hoje podemos dizer que o movimento ambientalista entre nós incorporou às suas responsabilidades o desafio adicional de responder também às urgências do desenvolvimento econômico e social do País.

É assim que estamos incorporando as lições da história, condensadas no que precisamos preservar da Mata Atlântica. Os resultados são novas responsabilidades de crescimento que vão atender velhos anseios do nosso povo.

Meus amigos e minhas amigas,



Eu penso que a lei que eu sancionei agora, depois de 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, demonstra que não tem conquista fácil para nenhum segmento da humanidade. Ou seja, vocês que trabalham em ONG's, que trabalham em governos, que trabalham em Ministérios e que lutam pela preservação ambiental do nosso País sabem perfeitamente bem que, com toda a divergência que possa ter, o reconhecimento sobre a dignidade do trabalho de vocês hoje é infinitamente superior ao que era há 20 anos, há 15 anos e há 10 anos. E a continuar essa evolução de compreensão da sociedade, o que vai acontecer, é o que estamos tentando fazer no nosso governo, é que não haverá elaboração de projetos de desenvolvimento sem que sejam construídos com aqueles que cuidam de dar a licença para que esses projetos possam funcionar.

No Brasil, habitualmente, se fazia um projeto, se fazia contrato, se fazia licitação e, depois que a obra estava pela metade, ia se buscar, então, a licença prévia. E aí, quando não se dava, porque estava irregular, quem pagava o pato eram aqueles que defendiam o meio ambiente no Brasil, eram aqueles que queriam preservar a natureza. Isso, no nosso governo, acabou. Pelo que eu ainda tenho brigado no nosso governo? Brigado com Marina, brigado com Silas, brigado com Dilma, brigado com Marcos Barros, do Ibama, brigado com todo mundo aqui, pelo seguinte: um projeto não pode ficar 14 anos esperando alguém dizer sim ou não.

Eu me lembro de um grande empresário, que tinha uma hidrelétrica para construir, e ele estava sendo enganado há 14 anos e ninguém tinha coragem de dizer para ele: não pode fazer essa hidrelétrica. Eu o chamei aqui – é essa mesmo – e falei: olha, meu querido amigo, não vai poder fazer essa hidrelétrica. Então, alguém tem que ter coragem de dizer para o senhor, procura outro lugar, lá não vai ser possível ser feito. Enganaram o senhor 14 anos, eu não vou enganá-lo. É assim que nós precisamos trabalhar, para que a gente faça o que for possível, faça o sacrifício que tivermos que fazer para



contornar o que for possível contornar, para que a gente combine, da forma mais harmônica possível, a idéia de que o desenvolvimento não é incompatível com a preservação ambiental, e a preservação ambiental não é incompatível com o desenvolvimento. É isso que nós temos que dizer para as pessoas e provar para as pessoas. E eu acho que nós estamos conseguindo, eu acho que nós estamos evoluindo. Eu me lembro de uma primeira reunião que eu fiz, aqui, com a Marina, em que o setor de florestas queria que saísse para a agricultura. E eu disse: agora que está a Marina aí, porque eu vou mudar, eu não vejo nenhum problema. Não mudamos e não aconteceu absolutamente nada demais.

Eu acho que às vezes nós temos problemas, que aparecem na imprensa, por exemplo, com a demarcação das terras indígenas, com a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos. E o que nós precisamos? É trabalhar com mais agilidade para que, quando tenha um projeto de florestamento em algum lugar, a gente tenha antes um levantamento para saber se ali tem terra indígena, se ali tem quilombo, para que a gente possa, antes de começar, resolver o problema, porque depois, vira conflito social, coisa que é desnecessária, e nós poderíamos antecipar as soluções dos problemas.

Eu estou convencido, companheiros e companheiras, de que o povo brasileiro nos deu mais quatro anos de mandato para que a gente continue fazendo mais e melhor. Mais crescimento econômico, mais distribuição de renda, mais desenvolvimento, mais justiça social, mas, também, mais preservação ambiental. Porque aquilo que a gente não preservar agora, a gente vai pagar o preço daqui a 30 anos, daqui a 40 anos. Quando os nossos filhos tiverem que xingar alguém, eles certamente pensam que estarão xingando outros, mas estarão xingando a gente, porque foi a nossa geração que não cuidou direito, como a que nós herdamos dos nossos pais não cuidou direito, e outra que vier, se a gente não tiver uma política muito forte, vai



continuar o desmatamento, vai continuar secando os nossos rios, vai continuar jogando esgoto nos nossos rios.

Eu me lembro que quando nós começamos a discutir a revitalização do rio São Francisco, apareceram dezenas e centenas de pessoas como se fossem donas do rio São Francisco. E aí nós fomos fazer um levantamento e em quase nenhuma cidade à beira do rio São Francisco tinha política de tratamento de esgoto, em quase nenhuma.

Nós vamos aprovar ainda, Marina, a PEC que está no Congresso Nacional, criando um fundo que vai garantir 200 milhões ou 300 milhões por ano para que a gente possa revitalizar, reflorestar. Você viu que eu aprendi a diferença entre florestar e reflorestar. Você viu que eu estou chique agora. Então, nós vamos ter que fazer a recuperação das matas ciliares, nós vamos ter que fazer tratamento de esgoto na cidade, vamos ter que tentar recuperar alguns afluentes do rio São Francisco, porque nós fazemos isso, ou daqui a 40, 50 anos, alguém estará nos culpando por não termos feito.

Então, eu quero que vocês saibam o seguinte: eu sou desenvolvimentista, eu sou ambientalista, mas antes de tudo eu sou o presidente do País, então a Marina sabe que eu sou um defensor de... Muitas vezes, injustiças que cometem em relação a ela, não é fácil as pessoas jogarem a culpa toda em cima do meio ambiente, ou seja, a coisa mais fácil do mundo é um irresponsável transferir responsabilidade para outros. E aqui é um governo, aqui não tem ministro de Desenvolvimento, ministro do Meio Ambiente, aqui não, aqui a decisão é de governo. Se a gente tiver que “quebrar o pau”, vamos “quebrar o pau” como quebramos muitas vezes; se tivermos que discutir, vamos discutir. Eu tenho por norma nunca tomar a decisão de dizer: eu sou o Presidente, então eu decido. Não foi assim que eu aprendi a fazer política. No tempo em que a política foi feita assim, não foi bom para o Brasil.

Eu sempre que puder faço uma reunião a mais para a gente poder fazer da consertação um hábito político e um hábito de governança neste País. Eu



acho que o Brasil ganha com a sanção desta lei. Agora, é importante lembrar que esta lei é apenas a garantia de que nós temos direito de fazer outras coisas para preservar e fazer os implantes nesse corpo semi-destruído que é a Mata Atlântica, para que ele volte a crescer, para que volte a expandir, inclusive, em algumas áreas que estão totalmente degradadas.

Da minha parte, companheira Marina, da minha parte, companheiros das ONGs, da minha parte, parceiros, contem comigo, porque aquilo que estiver no nosso alcance nós faremos, até porque eu tenho muita dificuldade de dizer não para os anseios da nossa querida Marina.

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês e Feliz Natal. Eu escrevi aqui para não esquecer que eu tenho que dizer Feliz Natal para vocês.